

# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO  
(ORGANIZADORA)



# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO  
(ORGANIZADORA)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Emely Guarez  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Solange Aparecida de Souza Monteiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

M775r Monteiro, Solange Aparecida de Souza.  
Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-451-1  
DOI 10.22533/at.ed.511203009

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I.Monteiro, Solange Aparecida de Souza..

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

### **SE UM DIA AS MULHERES ENFURECESSEM**

*Adriana Novais*

Em fúria não permitiriam que a televisão pautasse sua beleza.

Em fúria faliriam todas as clínicas de estéticas.

Jamais transariam sem vontade.

Se um dia as mulheres se enfurecessem não aceitariam que o Estado regesse seu corpo.

Em fúria decidiriam se queriam ou não, ter filhos.

Em fúria não usariam roupas desconfortáveis em nome da aparência.

Em fúria usariam apenas a que lhes dessem vontade.

Em fúria não permitiriam que a outra apanhasse.

Em fúria revidariam os tapas na cara, os chutes e os ponta pés.

Em fúria não seria escrava em sua própria casa.

Se um dia as mulheres se enfurecessem, calariam a boca dos padres e dos pastores que pregam o dever da sua submissão.

Em fúria denunciariam todos os abusos cometidos nas igrejas, no trabalho, nas delegacias, nos hospitais e aqueles cometidos dentro das suas casas.

Em fúria, ensinariam as filhas a se defenderem e os filhos a não estuprarem.

Ah! Se um dia as mulheres se enfurecessem, escrachariam todos os companheiros de luta, dos partidos e movimentos, colocariam a nu seu machismo disfarçado no discurso revolucionário.

Em fúria, ocupariam os jornais, as redes de televisão contra a misoginia e o racismo.

Um dia, irmanadas numa grande fúria, todas elas, de todos os lugares, de todas as etnias, esmagariam todas as correntes da sua opressão.

Esmagariam o Estado, a Igreja e a Propriedade

As práticas sexistas podem decidir o que pertence ao mundo masculino e ao feminino, reguladas em estereótipos culturais arraigados desde a idade medieval como um padrão heteronormativo que deve ser seguido pela sociedade, se alguém desviar-se do prescrito será estigmatizado dentro do seu meio. Conforme os relatos de estudiosos nesse e-book, essas práticas são reforçadas na instituição escolar através da diferenciação que alguns docentes fazem do menino e da menina, na formação das filas, dos crachás e até mesmo nas escolhas dos brinquedos. Assim quando as crianças escolhem brinquedos que não são recomendados para o seu gênero conforme o padrão heteronormativo elas são repreendidas na família, na escola e na sociedade

Finco (2003) aponta

[...] relacionar gênero e infância permite que possamos enxergar as múltiplas formas de ser menino e de ser menina que as categorizações não nos deixam ver. Nesse sentido, proporcionaremos a esses meninos e meninas a possibilidade de serem eles mesmos e percorrerem novos caminhos vivenciando a infância na sua inteireza sem a interferência de ninguém padronizando um perfil como certo ou errado (FINCO, 2003).

Para Louro (2000), desconstruir essa forma de pensar desmistifica esses dois planos homem e mulher, retira-se esse pensamento de como se fossem dois polos diferentes e não pudessem ocorrer as interações entre eles. Essa proposta da desconstrução das dicotomias busca enfatizar estes dois polos não existem, ocorre uma pluralidade e, através dessas dicotomias pode ser um dos primeiros passos para um questionamento das relações de gênero levando ao fim do sexismo. Para a autora, existe uma lógica dualista que rege as polaridades, desmontando não apenas a ideia de que cada um dos polos masculino e feminino está presente um no outro, mas também que as oposições foram e são historicamente construídas. Esse processo de desconstrução não ocorre de maneira simples, mas ao longo prazo através de uma reflexão sobre as formas como as crianças se relacionam diante das diferenças de gênero na infância. É de extrema necessidade desconstruir a lógica binária na apresentação do mundo para as crianças: enquanto brinquedos e brincadeiras assumirem papéis de masculino ou feminino na escola estaremos fadados ao insucesso. Apesar de todas essas situações apresentadas estarem implícitas no dia a dia da escola e nas práticas pedagógicas de alguns docentes, a temática

ainda é muito restrita, geradora de medo, desconhecimento e pouco científico. Deve-se sair do senso comum, do conservadorismo, do obscurantismo, sobrepondo-se a vigilância epistêmica, no agir de forma questionadora, enfrentando o que nos causa tanto receio e que nos destina a fortalecer recrudescimento, desfazendo mitos e tabus no sentido de disponibilizar um material de qualidade com temáticas que toquem aqueles que diariamente compõem e constroem o fazer pedagógico para emancipar por meio da educação e das meninas e dos meninos pode ser uma forma de florescer dentro dos muros das escolas.

Uma excelente leitura para todas e todos!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

MUJERES Y EDUCACIÓN: UNA HISTORIA EN LA PROVINCIA MEXICANA A MEDIADOS DEL SIGLO XX

*Cirila Cervera Delgado*

*Mireya Martí Reyes*

*Esteffany Muñiz Paz*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030091**

### **CAPÍTULO 2..... 12**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA GERADA PELO NOVO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DO ESTADO E O PAPEL DO DIREITO

*Andressa Santos de Almeida*

*Tercília Júlia Oliveira Rodrigues*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030092**

### **CAPÍTULO 3..... 24**

DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA IDENTIFICAÇÃO FEMININA, DA DICOTOMIA À FRAGMENTAÇÃO

*Rafaela Sepulveda Aleixo Lima*

*Laís Teixeira Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030093**

### **CAPÍTULO 4..... 36**

A CULTURA MASCULINIZADA DO AUTOMÓVEL E A FORMAÇÃO DO MOTORISTA BRASILEIRO

*Carla Rezende Gomes*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030094**

### **CAPÍTULO 5..... 56**

A GAROTA PIN-UP: OBJETIFICAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

*Ana Paula Oliveira Barros*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030095**

### **CAPÍTULO 6..... 62**

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA DIFERENÇA SEXUAL

*Rogério Goulart da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030096**

### **CAPÍTULO 7..... 73**

MEDICALIZAÇÃO E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA E AS PRÁTICAS DE SAÚDE DA MULHER

*Júlia Gonçalves Barreto Baptista*

*Thais Maria Nogueira da Gama*

Paula Land Curi

**DOI 10.22533/at.ed.5112030097**

**CAPÍTULO 8..... 84**

ESTUDO DISCURSIVO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Roberto Bezerra Costa

**DOI 10.22533/at.ed.5112030098**

**CAPÍTULO 9..... 96**

UMA VOZ FEMININA E DISSONANTE NA EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE 1946 -1950: MARIA ANGÉLICA DE CASTRO

Cleyde Oliveira de Castro

Murilena Pinheiro de Almeida

Maria de Lourdes Esteves Bezerra

Maria Evanilde Barbosa Sobrinho

Emerson Marques Nogueira

**DOI 10.22533/at.ed.5112030099**

**CAPÍTULO 10..... 110**

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: O CASO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Jascira da Silva Lima

**DOI 10.22533/at.ed.51120300910**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: OS REFLEXOS DO PATRIARCADO NAS RELAÇÕES LABORAIS FEMININAS

Leticia dos Santos Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.51120300911**

**CAPÍTULO 12..... 123**

GERENCIALISMO NEOLIBERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Paula da Luz Galvão

**DOI 10.22533/at.ed.51120300912**

**CAPÍTULO 13..... 134**

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE ACERCA DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO INTEGRATIVA

Bruna Heintze Ferreira

Franciéle Marabotti Costa Leite

Letícia Peisino Buleriano

Rita de Cássia Duarte Lima

**DOI 10.22533/at.ed.51120300913**

**CAPÍTULO 14..... 155**

PERFORMANCE DE GÊNERO: HETEROTOPIAS INVENTIVAS NA EDUCAÇÃO

Caroline do Socorro Freitas Maciel

José Valdinei Albuquerque Miranda

DOI 10.22533/at.ed.51120300914

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
A FORÇA SIMBÓLICA DAS POLÍTICAS DE COTAS DE GÊNERO NO BRASIL	
Pollyane Cunha Ferreira	
Rita de Cássia Alanna Pereira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.51120300915	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>187</b>
A INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MARANHÃO	
Rosylene Conceição Soares Cutrim	
Sirlene Mota Pinheiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51120300916	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>201</b>
PRESENÇA DAS MULHERES NOS SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL	
Adenilde de Souza Dantas	
Maria Helena Santana Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.51120300917	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>214</b>
SOBRE ESPAÇOS DE TEORIZAÇÃO FEMINISTA E SUAS OPRESSÕES	
Jacqueline Mary Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.51120300918	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>224</b>
AS LACUNAS DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	
Glauce Margarida da Hora Medeiros	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
DOI 10.22533/at.ed.51120300919	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>242</b>
REDES DE SOCIABILIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DO FUTEBOL FEMININO	
Reinaldo Eduardo da Silva Sales	
Mayara Mendes Leal	
Helen Batista da Silva	
Ítalo Fabiano Corrêa Silva	
Paulo Henrique Garcia da Silva	
Thiago Roniere do Rosário Matos	
DOI 10.22533/at.ed.51120300920	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>253</b>
INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA MELHORIA DE CONHECIMENTO SOBRE IST/HIV/ AIDS ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS	
Karoline Pontes Cavalcante Manguinho	
Priscila de Vasconcelos Monteiro	

Maria Lúcia Duarte Pereira  
Monalisa Rodrigues da Cruz  
Catarina Laborê Vidal Fernandes  
Alana Kelly Áfio Caetano  
Bruna Karine Amorim da Costa  
Rita Maria Silva Almeida  
Rayssa Veras Camelo  
Rita de Cássia Gadelha da Silva  
Rachel Cabral Mota  
Laryssa Sá Machado

**DOI 10.22533/at.ed.51120300921**

**CAPÍTULO 22.....259**

**GÊNERO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
Melissa Camilo  
Débora Cristina Machado Cornélio  
Débora Fernandez Antonon Silvestre  
Marilurdes Cruz Borges  
Jeize Loici Back  
Monique Delgado de Faria  
Fabrício Augusto Correia da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.51120300922**

**SOBRE A ORGANIZADORA.....277**

**ÍNDICE REMISSIVO.....278**

# CAPÍTULO 16

## A INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MARANHÃO

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 07/07/2020*

### **Rosylene Conceição Soares Cutrim**

Universidade Federal do Maranhão - UFMA  
São Luís – Maranhão  
<http://lattes.cnpq.br/0201176085831390>

### **Sirlene Mota Pinheiro da Silva**

Universidade Federal do Maranhão/UFMA -  
Departamento de Educação I  
São Luís – Maranhão  
<http://lattes.cnpq.br/5068371548791071>

**RESUMO:** O atual contexto político e educacional é bastante desafiador, especialmente no que se refere ao tratamento das questões de gênero e sexualidade, visto sofrer diferentes ataques, tanto nos Planos de Educação, quanto nas políticas curriculares e nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Este artigo trata-se de um recorte da pesquisa desenvolvida no mestrado, objetiva analisar documentos oficiais que venham, ou não, influenciar nas práticas docentes para o estímulo e/ou mudança de atitudes e pensamentos de alunas/os do ensino médio de uma escola pública de São Luís - MA, no que diz respeito à construção do “ser homem” e do “ser mulher”. Saliencia-se que temos como base estruturante a implementação de diversos dispositivos legais e, principalmente, da Constituição Brasileira (1988), que constitui em um dos objetivos fundamentais à promoção do bem de todos/as, sem preconceitos de

origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Para isso, realizou-se revisão bibliográfica. Analisaram-se os Planos e Referenciais Curriculares de Educação Nacionais e do Maranhão, com vistas a perceber a inserção, ou não, das questões de gênero e da sexualidade. A pesquisa se justifica pela necessidade de uma produção no trato do reconhecimento e da relevância de práticas educativas que venham identificar como estão sendo subsidiadas a construção das relações de gênero e sexualidade de jovens na escola, auxiliando na luta pela cidadania, onde haja o questionamento de padrões preconceituosos, machistas, sexistas e lesbo/homo/trans/bifóbicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Documentos Oficiais de Educação, Gênero, Sexualidade, Práticas Pedagógicas.

### THE INSERTION OF GENDER AND SEXUALITY THEMES IN THE OFFICIAL DOCUMENTS OF EDUCATION FOR PEDAGOGICAL PRACTICES IN MARANHÃO

**ABSTRACT:** The current political and educational context is quite challenging, especially with regard to the treatment of gender and sexuality issues, since it suffers different attacks, both in the Education Plans, as in the curricular policies and pedagogical practices developed in schools. This article is a section of the research developed in the master's degree, aims to analyze official documents that will, or not, influence the teaching practices for the stimulus and/or change of attitudes and thoughts of high school students of

a public school in São Luís - MA, with regard to the construction of the “being a man” and the “being a woman”. It is noteworthy that we have as structuring basis the implementation of various legal provisions and, mainly, of the Brazilian Constitution (1988), which constitutes one of the fundamental objectives to promote the good of all, without prejudices of origin, race, sex, color, age and any other forms of discrimination. For this, a bibliographic review was carried out. The Curricular Plans and References of National Education and Maranhão were analyzed, with a view to perceiving the insertion, or not, of gender and sexuality issues. The research is justified by the need for a production in dealing with the recognition and relevance of educational practices that will identify how the construction of gender and sexuality relations of young people in school is being subsidized, assisting in the struggle for citizenship, where there is the questioning of prejudiced, sexist, sexist and lesbo/homo/trans/biphobic patterns.

**KEYWORDS:** Official Education Documents, Gender, Sexuality, Pedagogical Practices.

## 1 | INTRODUÇÃO

A escola é referenciada como uma das instituições fundamentais na promoção de uma educação inclusiva, voltada para os direitos humanos e para o reconhecimento da diversidade. Para tanto, é fundamental assegurar a todas as pessoas uma educação que vislumbre a igualdade na perspectiva da diversidade, como valor a ser seguido em uma sociedade inclusiva, onde são propostas a articulação de ideias como: igualdade na diferença e diferença na igualdade. Pois, como defende Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56) “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”. Assim, reconhecemos a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza ou reproduza as desigualdades.

A diversidade, nos escritos de Gomes (2008), como dimensão humana, deve ser entendida como a construção histórica, social, cultural e política das diferenças que se expressa nas complexas relações sociais e de poder. Para Candau, (2010, p. 207), hoje em dia não se pode falar em igualdade sem incluir a questão da diversidade, nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade. São relações históricas onde a superioridade de uns se sobrepõem a outros, vistos como inferiores. Aos primeiros, se constrói em seu entorno, todo um mundo de diferenças desvalorizadas, desconsideradas e desrespeitadas. Somente com o reconhecimento e a valorização da diversidade e da diferença é possível reduzir a desigualdade. A recusa da manutenção de uma sociedade baseada na exclusão e desigualdades é o primeiro passo para o desenvolvimento de cidadãs e cidadãos que visam a democracia, o respeito às individualidades, a equidade e da justiça social.

Atualmente não temos como desassociar a relação intrínseca entre educação e diversidade, pois as práticas pedagógicas, permeadas pelos currículos, resultam da estreita relação entre o trato da diversidade no contexto educacional. Ao ser incorporada na

educação de maneira positiva, a diversidade nos remete aos processos de humanização e socialização. Afinal, o conhecimento, a cultura e o currículo são produzidos nos contextos das relações sociais e de poder. Segundo Silva (2017), o currículo está envolvido nos nossos processos identitários. O currículo é uma questão de identidade e poder, ou seja, as questões curriculares estão marcadas pelas discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidade.

O trabalho objetiva apresentar uma análise dos documentos oficiais de educação nacionais e do Estado do Maranhão, com vistas a perceber a inserção, ou não, das questões de gênero e da sexualidade que venham, ou não, influenciar nas práticas docentes para o estímulo e/ou mudança de atitudes e pensamentos de alunas/os do ensino médio de uma escola pública de São Luís - MA. Tal assunto nos interessa, pelo fato de ser parte relevante do trabalho acadêmico que desenvolvemos no Mestrado Profissional Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa Ensino e Aprendizagem na Educação Básica e no grupo de pesquisa de gênero e sexualidade nas práticas educativas.

O desenvolvimento deste ensaio se estrutura a partir de revisão bibliográfica dos documentos que norteiam os currículos das escolas brasileiras como: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012), Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s de 1997, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), o segundo Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2016) assim como os documentos que direcionam os sistemas de ensino no Estado do Maranhão como: as Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino (2002), as Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino (2014), o Plano Estadual de Educação do Maranhão – PEE/MA 2014, observando como os mesmos abordam as temáticas de gênero e sexualidade.

Na organização deste texto, iniciamos apresentando uma breve conceituação sobre as categorias de gênero e sexualidade e sua estreita relação nos currículos escolares. Em seguida, analisamos os principais documentos oficiais que estruturam a organização dos currículos do sistema educacional brasileiro, e também, mais especificamente, nos documentos oficiais da educação do Estado do Maranhão, observando a inserção, ou não, das temáticas de gênero e sexualidade, nestes documentos. Posteriormente, discutimos sobre a inserção destas temáticas, nas práticas pedagógicas. E por fim, tecemos as (in) conclusões, já que a pesquisa ainda está em desenvolvimento e somente será findada no primeiro semestre de 2020.

## **2 | GÊNERO E SEXUALIDADE: REVISITANDO CONCEITOS**

O conceito de gênero, nasce nos anos 1960, a partir de estudos e debates entre feministas e pesquisadoras das universidades e tem sua primeira caracterização como construção social no que se relaciona ao sexo. As críticas assentam esta significação

como incompleta, pois naturaliza o sexo e expõe o gênero como seu equivalente cultural. A partir da década de 1960, surge o interesse pelas construções teóricas propriamente ditas para além das questões sócias e políticas (LOURO,1997). Somente na década de 1980, o conceito de gênero se fortalece ao enfatizar as relações culturais e sociais que influenciam de forma contundente o ser feminino e o ser masculino. Joan Scott (1995), rejeita o determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo e diferença sexual e caracteriza o gênero como categoria histórica de análise nas relações de poder.

No século XX, a luta feminina foca na interseccionalidade das categorias identitárias como raça, orientação sexual e classe (onde o gênero se cruza com outros tipos de desigualdades). Não existe apenas uma única mulher, existem mulheres, numa diversidade que norteia lutas, reivindicações e políticas públicas diferenciadas. Também, neste contexto, surge a Teoria *Queer*, corrente de pensamento e militância que vem incendiar o debate e tem como principal expoente a filósofa Judith Butler. O termo em inglês *queer* significa, o que é estranho, o diferente, a oposição ao “normal” ou à normalização. A teoria engloba relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Entrelaça estas categorias de forma, não normativa, não encaixada, como a sociedade quer predeterminar. Segundo Spargo (2017), a teoria *queer* não é um arcabouço conceitual ou metodológico único ou sistemático, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as reações entre sexo, gênero e desejo sexual. Tal teoria está em desacordo com o que está imposto como o normal, o correto.

Na verdade, ao falar sobre sexualidade, debatemos sobre nossa história, nossas emoções, nossas relações com as outras pessoas, nossos costumes e nossos desejos. É uma construção sociocultural que sofre influências dos valores e das regras de uma determinada cultura, do tempo e do espaço em que vivemos e marcada pelas relações sociais.

Foucault (2015), em seu livro *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, descreve que a partir do século XIX se evidenciava não a proibição de falar sobre sexualidade, mas sim uma exacerbação dos discursos sobre ela. A sexualidade não é algo simplesmente biológico, ou fato inato da natureza humana, mas uma categoria de experiência construída, originadas de contextos sociais, históricos e culturais. Nossas sexualidades são constructos de momento sócios históricos e culturais. Spargo (2017), comenta que Foucault não descarta qualquer dimensão biológica, porém prioriza o papel das instituições e dos discursos na construção da sexualidade.

Outro ponto importante na teoria Foucaultiana para os estudos sobre gênero e sexualidade é a relação entre saber, poder e sexualidade (coloquemos também aqui o gênero, mesmo que Foucault não aborde esta categoria). Segundo Foucault (2015), os discursos que permeiam nossas vidas são carregados de saber e poder sobre as pessoas e policiam, vigiam, controlam tanto a sexualidade quanto o gênero. Assim, nossas práticas são permeadas pelo discurso e determina a produção das diferenças e das desigualdades.

Louro (1997, p.67-68) ressalta também a importância de se atentar para o que é dito e o não-dito. Por que segundo ela, o que é silenciado adquire significado, visto que também tem algo a dizer sobre a organização dessas relações, além de dar voz aos sujeitos que não são, seja porque não podem existir ou não poderem ser nomeados. Ao não se falar sobre eles/as, talvez exista a pretensão de escondê-los/as, invisibilizá-los/as ou quem sabe “eliminá-los/as”. O silenciamento - a ausência da fala – aparece como espécie de garantia da “norma”. A escola necessita entender que no currículo escolar existem conexões intrínsecas entre saber, identidade e poder. Um currículo agregador, democrático e igualitário tem em seu bojo conceitos e práticas pedagógicas estruturadas na diversidade, na diferença, na subjetividade, representatividade, cultura e especificidades individuais como gênero, raça, etnia e sexualidade.

### **3 I DOCUMENTOS OFICIAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E ESTADUAIS DO MARANHÃO**

No atual e complexo debate em que estão imbricadas as temáticas de gênero e sexualidade, consideramos necessárias conhecermos, o que diz alguns dos principais e importantes documentos oficiais que permeiam a educação no país. Iniciaremos pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que ao se reportar à educação, em seu Artigo 205, Capítulo III, Seção I, [...] direitos de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania. A Carta Magna Brasileira, também, constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu art. 3º, inciso IV, que estabelece a promoção do bem de todos/as, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Já o Art. 5º traz a conhecida afirmação de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e afirma expressamente a igualdade entre homens e mulheres como preceito constitucional. Fica claro, portanto, que é por meio da educação que todos/as, com seus direitos e deveres, podem exercer sua cidadania plena, reconhecendo as diferenças e desconstruindo as desigualdades, preconceitos e discriminações.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96, apesar de não dar visibilidade aos termos de gênero e sexualidade, ela assegura “as condições de direito e permanência” na escola para todos/as, independentemente de qualquer categoria identitária. Reconhece o direito humano subjetivo da educação para todos os indivíduos. É a partir dela, que surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) aprovados em 1997, que trazem em seu bojo, a “orientação sexual”, no volume 10, dos Temas Transversais que deveriam ser trabalhados em todas as disciplinas do currículo escolar e em todas as faixas etárias. Deste modo, surge, pela primeira vez, de forma explícita, em documentos oficiais, a necessidade do trato das questões relacionadas à sexualidade e ao gênero. É

verdade que, a inclusão dos temas se deu pela urgência social e todos os discursos de “problemática” que os mesmos insurgiam.

O documento dos PCN's, ressalta como deveria ser conduzida a temática da “orientação sexual” pelos profissionais de educação, em parceria com a família e o envolvimento de todos/as da comunidade escolar, apontando metas de qualidade que ajudam o aluno/a no enfrentamento da complexidade do mundo atual, como cidadã e cidadão participativa/o, reflexiva/o, e autônoma/o que reconhece os seus direitos e deveres. Nele são apresentados os objetivos da educação sexual e sugestões de blocos de conteúdos, como se trabalhar, transversalmente, nas diversas disciplinas. Indica ainda orientações didático pedagógicas e critérios de avaliação.

O referido volume 10 é dividido em três blocos: [...] corpo humano, relações de gênero e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/Aids. O documento nos coloca “[...] as relações de gênero têm como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL,2001, p.144). Apesar das críticas de que, na prática, a temática da orientação sexual visou apenas o biológico e a prevenção em saúde, deixando a construção social e histórica das relações de gênero e sexualidade à margem, não se nega a importância desta discussão em sala de aula. Embora denote um caráter apenas informativo sobre tais temáticas, elas incitam o debate no ambiente escolar, o que pode ser considerado um grande avanço.

Em seu artigo 16, inciso XV, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio –DCNEM (2012) mencionam, de forma explícita, os temas aqui estudados:

[...] o projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar: (...) XV – valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas (BRASIL, 2012, p. 38).

No Maranhão, em 2002, foram implementadas, as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica (2002), que traz somente nos volumes de 1ª a 4ª série, na área de matemática, apontando que deve haver um compromisso de todos/as professores/as nas diversas áreas de conhecimento, e as relações sexuais podem ser compreendidas e analisadas por meio dos conteúdos matemáticos (dados estatísticos demonstram a disparidade na remuneração entre homens e mulheres no mercado de trabalho, gravidez precoce, DST's e políticas públicas voltadas para a temática). O que, a nosso ver, é incipiente, diante da relevância que gênero e sexualidade têm na construção de vidas de todos/as nós, não constituindo uma proposta fundamentada que venha, na prática, subsidiar o trabalho docente. Nas Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica

do Estado do Maranhão de 2012, elaborada em parceria com o Projeto de Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em sua terceira versão, estabelece no seu quarto capítulo o trato dos

[...] temas sociais que dinamizam a aprendizagem escolar. Esses temas favorecem o trabalho escolar embasado nos princípios da interdisciplinaridade e transversalidade. São eles: educação para as relações de gêneros; educação para as relações étnico-raciais; orientação sexual; educação fiscal e educação ambiental. (MARANHÃO, 2014, p. 10)

Os temas sociais possibilitam, segundo este documento,

[...] uma abordagem curricular integrada, problematizadora, transversal, contínua para todas as áreas de conhecimento, tendo em vista a participação, a cooperação e a formação do pensamento crítico-reflexivo.” (MARANHÃO, 2014, p 88).

O que se observa é um resumo da escrita dos temas sociais das relações de gênero e orientação sexual, sem bases teóricas fundamentadas, sintetizadas em uma matriz temática que deve ser concretizada, transversalmente, e que espera ao final de cada etapa participar de propostas que sejam consideradas como práticas sociais de homens e mulheres e que se constituem pela pluralidade social e sexual. Além disso, deve ser aprendido “a pluralidade de práticas sexuais em função dos contextos sociais e do desejo.” (MARANHÃO, 2014, p. 92). Portanto, não há uma consistência teórica e muito menos sugestões de práticas pedagógicas que venham fortalecer a relevância de tais temas no trato de educação plural e cidadã.

Ao analisarmos o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, não notamos nada de substancial em relação ao gênero e sexualidade, numa perspectiva de implantação de políticas educacionais voltadas para a garantia de um ambiente escolar preocupado com a desconstrução das desigualdades, preconceitos e discriminações advindas dos equivocados entendimentos de uma educação não sexista, não machista, não patriarcal e não lesbo/bi/homo/transfóbica. Nele encontramos, na educação infantil, a igualdade de gênero somente como sinônimo de igualdade de sexo nos documentos das matrículas dos/as alunos/as. (BRASIL, 2001)

Já no segundo plano sob a Lei 13.005, de 25 de junho de 2015, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) prevê entre suas diretrizes a «superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação» assim como no seu artigo 2º, a implementação de programas e políticas educacionais destinadas a combater “todas as formas de discriminação” existentes nas escolas, entre elas, as que se referem às desigualdades de gênero, de raça, de orientação sexual e de identidade de gênero. No mesmo artigo, o PNE prevê a promoção dos direitos humanos e da diversidade na educação brasileira. No entanto, apesar dos avanços apontados, após diversas, debates e embates essa proposta acabou sofrendo mudanças e

retrocessos, sendo retirados, da última versão do PNE (2014-2024), todos os termos sobre gênero e sexualidade (BRASIL, 2014).

Conseqüentemente nos deparamos com a remoção nos planos estaduais e municipais de educação, dos objetivos e estratégias para o trato, à luz dos direitos humanos, das temáticas de desigualdade racial, de gênero e de orientação sexual que visavam enfrentar os preconceitos e as discriminações existentes nas escolas brasileira. Porém, tanto o Ministério da Educação- MEC (BRASIL, 2015), quanto o Conselho Nacional de Educação – CNE (BRASIL, 2015) emitiram notas técnicas que debatiam a importância das temáticas de gênero e sexualidade nos planos estaduais e municipais de educação e criticavam, duramente, a retirada das ações voltadas para a igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual.

Isso tudo se deu a partir do projeto de Lei 7.180/14, da Escola sem Partido (ESP), chamada, popularmente, pela oposição, como a Lei da Mordança, pois denotam negociações políticas intermediadas por demandas conservadoras em elaboração de documentos educacionais que permeiam os currículos escolares, na tentativa de estabelecer limites para a prática pedagógica do/a professor/a na sala de aula, impedindo, assim os princípios constitucionais da liberdade de ensinar e de aprender. Como afirma Frigotto (2017, p.17), o ideário da Escola sem Partido é o sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade.

A entrada de grupos religiosos e conservadores que foram eleitos para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de Vereadores não só excluíram algumas políticas públicas específicas para o trato das temáticas de gênero e sexualidade, como também criaram aparatos “legais” para proibem os estabelecimentos escolares e seus profissionais em abordarem os temas acima, criando até a falácia da “ideologia de gênero”. Termo criado “discursivamente” que tentam desconstruir bases teóricas (estudos e pesquisas de universidades, ONG’s e outros sobre mulheres e LGBTQI’s) fazendo recortes tendenciosos no intuito de instaurar uma cultura de ódio, desrespeito, intolerância, violência e medo.

O termo “ideologia de gênero” foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher. Estes grupos que demonstram direção contrária às agendas de direitos humanos, tem causado impactos negativos, no que diz respeito ao avanço de um escola plural e defensora dos direitos individuais.

Na verdade, a escola comprova ser instituição que possui dispositivo de intervenção e controle dos sujeitos que a constituem, assim como também, detém o dispositivo de reprodução de saber/poder. Ela disciplina, controla e enquadra os seres que nela estão inseridos. Ela atenta regulamentar, profissionais da educação e seus/suas estudantes por meio do currículo e formações.

No entanto, o Plano Estadual de Educação do Maranhão – PEE-MA, sob a Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014, estabelece na Meta 7 “garantir 100% da Educação Básica, níveis e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as diversidades e temas sociais (direitos socioeducacionais), com o foco no combate às desigualdades étnico-raciais, fiscais, ambientais, **de gênero, de orientação sexual**, geracional, regional e cultura.

Nesse sentido, O PEE/MA (2014), assegura: a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DCNEDH) - Resolução CNE/CP 01/2012, estabelece parcerias com secretarias responsáveis pelas políticas públicas das diversidades - Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Secretaria Estadual de Igualdade Racial e Secretaria Estadual da Mulher; garante dotação orçamentária para as políticas da diversidade; realização de formação continuada para os profissionais de educação, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, nas temáticas da diversidade; fomenta a produção de materiais pedagógicos específicos e diferenciados de referência nas temáticas; e prevê a implantação Secretaria de Estado da Educação e em todas as Unidades Regionais de Educação (UREs), um setor ou equipe técnica especializada e multidisciplinar, da diversidade com o seguinte objetivo:

[...] realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as atividades referentes à educação em direitos humanos, à educação para as relações étnico raciais, para as relações de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, entre outros dispositivos que assegurem educação não discriminatória, não sexista, não machista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica, não transfóbica (PEE/MA, 2014, p. 19- 20).

Portanto, na contramão do processo de construção dos PEE’s no Brasil, o Maranhão assegurou em seu documento norteador da educação, pontos relevantes que garantam direitos humanos para todos/as em relação as condições de gênero e sexualidade à luz dos direitos humanos.

Inclusive, no último dia 12 de novembro do corrente ano, o governo do estado do Maranhão editou o decreto da “Escola sem censura” que dispõe sobre o exercício de garantias constitucionais no ambiente escolar da rede estadual, declaradamente em oposição a ESP, o documento defende a liberdade de expressão dos/as professores/as, e determina, por exemplo, que filmagens nas salas de aulas só aconteçam com a autorização dos/as docentes, garantindo escolas com liberdade e sem censura. No artigo 1º diz: “Todos os professores, estudantes e funcionários são livres para expressar seu pensamento e suas opiniões no ambiente escolar da rede estadual do Maranhão.” (VALADARES, 2018).

Outro ponto a ser considerado, é a construção da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que fora estabelecida pela LDB em seu artigo 216, diante da necessidade de se compilar um currículo nacional que seria comum a todo sistema educacional. De acordo com esta Lei a “Base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema e em

cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL, 1996, art. 26, p. 8).

A BNCC foi criada com a intenção de um currículo comum que venha nortear o projeto pedagógico das escolas e orientar o trabalho docente, levando em consideração a diversidade do país. O discurso é que não há tentativa de padronização dos currículos, mas o que se observa é uma enxurrada de contradições e dispositivos impostos que deixam a desejar vários pontos na perspectiva de uma escola democrática e igualitária. Seguindo as propostas do PNE (2014-2024), a BNCC também entrou no cenário de acirradas discussões. Em relação a temáticas de gênero e sexualidade, na segunda versão, são inseridas apenas na parte introdutória, no subtítulo 11 “Competências Gerais da BNCC”, na competência 9, que ressalta:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflito e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades; sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza; reconhecendo-se como parte e uma coletividade com a qual deve se comprometer. BRASIL (2016, p. 10)

Também aparece no texto da competência 6, no ensino da Geografia para o Ensino Fundamental:

Construir argumentos com bases em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vistas que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade, necessidade, convicção religiosa ou qualquer outro tipo BRASIL (2016, p. 364)

No entanto, em uma terceira versão, divulgada no dia 08 de abril de 2017, a expressão “orientação sexual” foi retirada. E ficam questionamentos: como lidar com as questões da sexualidade e de gênero no ambiente escolar, já que estas foram inviabilizadas nos principais documentos norteadores do país? Como lidar com as diversas situações vivenciadas na escola sobre os ditos e os não ditos sobre tais temáticas que eclodem diariamente? (SILVA, 2017, p. 97) declara que o currículo existente é claramente masculino e que, na verdade, “currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero; um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero.”

## **4 | A INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

É notório que a inserção das temáticas de gênero e sexualidade, nos documentos que norteiam as práticas educativas no Brasil, foi uma demanda advinda pela emergência

evidenciada na sociedade e pelas próprias expectativas que as relações de gênero e da sexualidade trazem em seu bojo. Segundo o MEC (BRASIL, 2015), o currículo nas escolas produz resultados que reforçam preconceitos e discriminações, e não condiz com uma prática pedagógica voltada para uma perspectiva inclusiva, já que este participa diretamente da construção dos corpos e identidades dos sujeitos da educação, principalmente de suas/seus alunas/os. Isto se observa nas pesquisas realizadas que evidenciam currículos e práticas pedagógicas e de gestão marcadas pelo sexismo, pela misoginia e pela discriminação contra sujeitos não-heterossexuais ou que descumprem expectativas hegemônicas de gênero. Neste sentido, Louro (1997, p. 64) diz que “[...] currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores”.

Todas estas dimensões de identidade precisam ser colocadas em questão, serem problematizadas no ambiente escolar. Infelizmente, o ‘outro’ sempre é o diferente. O ‘outro’ para ser verdadeira/o cidadão ou cidadã deve ser a extensão do meu eu, o qual acho que é o correto. Diante dessa premissa, relativamos aquelas pessoas que devem ter garantia de direitos.

Mas o que se apresenta, no contexto atual, são desinformações e desencontros conceituais e de entendimento. Tenta-se invisibilizar a questão da sexualidade, e como diz Foucault (2005), quanto mais se silencia sobre a sexualidade, e a torna como ‘o segredo’, mais se “fala” nela.

O livro de formação de professores/as do Curso de Gênero e Diversidade na Escola - GDE (BRASIL, 2009, p. 115) destaca que no cotidiano escolar, a sexualidade está presente das mais variadas formas: nos pressupostos acerca da conformação das famílias, dos papéis e do comportamento de homens e mulheres; nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações nos banheiros e nas carteiras; em olhares insinuantes que buscam decotes, pernas, braguilhas, traseiros; em bilhetes apaixonados e recadinhos maliciosos; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam os rapazes mais “delicados” e as garotas mais “atiradas” etc. ou seja, falamos em gênero e sexualidade todos os dias por que estes temas permeiam nossas vidas, nossos corpos, valores e sentimentos. São construções diárias de vida humana.

Defendemos práticas educativas que colaborem com uma educação comprometida com a igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero nas escolas, evidenciando que a educação pública deve ser gratuita, laica e democrática que respeita e educa em prol de uma sociedade igualitária para mulheres, homens, intersexuais, cisgêneros, transexuais, travestis, lésbicas, gays, bissexuais e assexuadas/os. E um sistema escolar que seja inclusivo, com ações específicas de enfrentamento e combate às atitudes discriminatórias e desiguais.

## 5 I (IN) CONCLUSÕES

A partir das análises realizadas, concluímos ser necessária, à luz dos direitos humanos, a realização de políticas, programas e ações concretas e colaborativas entre os entes federados, garantindo que os currículos e práticas pedagógicas que considerem e contemplem a relação entre diversidade de gênero e sexual.

Considerando-se que a humanidade é formada por seres plurais, diferentes, opostos e diversos, o entendimento sobre a problematização das igualdades e desigualdades sociais nos leva ao reconhecimento da diversidade. No entanto, no contexto das relações de poder, as pessoas hierarquizam as diferenças numa escala de valor, classificando-as, descaracterizando-as e transformando-as em desigualdades.

A escola, por ser uma das instituições que são instalados os dispositivos das relações de gênero e da sexualidade, pode ser uma ferramenta para veicular informações e subsidiar conhecimentos para que não ocorra as representações e práticas que estigmatizam, discriminam, excluem expulsam alunas/os por não pertencerem à norma heteronormativa exigida pela sociedade.

Logo, entendemos que a superação de qualquer forma de discriminação, conforme reza a Carta Magna brasileira (1988), ou o alcance da igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual, não poderá acontecer sem o debate livre e plural das questões ligadas ao conceito gênero e sexualidade no ambiente escolar. A LDB nos aponta que a educação escolar deve estar vinculada às práticas sociais, a vida em sociedade, portanto, a escola não tem como desvincular temas tão intrínsecos a vida humana como gênero e sexualidade.

A superação das desigualdades, das discriminações e das violências verbais, físicas ou simbólicas são fenômenos que devem ser superados não só na escola, mas a partir dela, desconstruindo e reconstruindo os currículos escolares, num esforço conjunto de enfrentamento e combate a toda uma sociedade desigual. Os principais marcos legais, que estruturam a educação brasileira, reforçam a necessidade de trato específico e responsável quanto aos temas de gênero e sexualidade, numa abordagem focada não na padronização, de comportamentos ou na reprodução de modelos normatizados pela sociedade, mas, pelo contrário numa postura reflexiva e crítica à luz dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) . Acesso em: 09 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume 10: Pluralidade cultural /orientação sexual**. Brasília. MEC/SEF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei n° 010172 , DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso em 9 de nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, 30 de janeiro de 2012. Define **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Direitos Humanos. **Nota Técnica no 24/2015**. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf) . Acesso em: 05.nov.2018

CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Educação: a tensão entre igualdade e diferença. In FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra, ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, DIAS, Adelaide Alves (Orgs). **Direitos Humanos na Educação Superior**: subsídios para a educação em direitos humanos na Pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre Currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 2ª ed. São Paulo; Paz e Terra. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MARANHÃO, Secretaria de Estado de Educação do. **Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino**. São Luís, 2002.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado de Educação do. **Diretrizes Curriculares da Rede Estadual de Ensino**. 3 ed. São Luís, 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Educação**. São Luís. Maranhão. 2014. Disponível em [http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento\\_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf](http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei-10099-11-06-2014-PEE.pdf). Acesso em 09 nov. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 56.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n.2.p.71-100, jul./dez.1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed; 10. reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a Teoria Queer**: seguido de ágape e êxtase: orientações pós seculares.1.ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VALADARES, João. **Contra Escola sem Partido, governo do Ma edita decreto por ‘Escola sem Censura’**. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/contra-escola-sem-partido-governo-doma-edita-decreto-por-escola-semcensura.shtml>. Acesso 16 nov. 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise de Discurso 84, 90, 224, 227, 239

Assédio 118, 119, 120, 121, 122, 183, 203

### C

Cidadania 20, 36, 53, 54, 65, 126, 172, 187, 191, 193, 199, 226, 238, 272, 273, 274

Coeducação 62, 70, 71

Cultura 24, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 108, 155, 213, 241, 272, 273, 277

Cultura Machista 96

### D

Desigualdade 12, 16, 26, 63, 64, 110, 114, 116, 120, 134, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 177, 178, 188, 194, 224, 226, 237, 238, 239, 271

Diferença Sexual 28, 31, 32, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 157, 190

### E

Educação 35, 36, 38, 41, 53, 54, 55, 62, 68, 70, 71, 83, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 117, 155, 164, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 213, 226, 228, 240, 241, 252, 254, 263, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277

Educação Formal 111, 132, 140, 142

Ensino de Língua Portuguesa 84, 85

Estereótipos 16, 39, 41, 44, 62, 63, 68, 69, 71, 80, 84, 85, 91, 162, 202, 218, 249, 250, 265, 276

### F

Feminismo 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 66, 82, 83, 123, 131, 154, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 184, 186, 202, 212, 214, 216, 218, 220, 221, 222, 223, 270

Formação de Motoristas 36

### G

Gerencialismo Neoliberal 123

Gestão Educacional 96

### I

Identidade de Gênero 29, 70, 84, 91, 192, 193, 195, 197, 209, 210, 212

Identidade Feminina 24, 25, 27, 28, 30, 34, 87, 147, 210

Identidades 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 55, 61, 63, 84, 85, 93, 110, 111, 112, 132, 157, 196, 197, 201, 202, 207, 216, 221, 228, 233, 237, 268, 270, 271, 274, 275, 276

Imagem 40, 43, 56, 57, 58, 59, 61, 98, 133, 161, 162, 211, 226, 245, 273

Isolamento 12, 13, 16, 17, 18, 21, 23, 118

## **M**

Masculinidades 36, 39, 55, 89

Medicalização 73, 76, 77, 78, 79, 80, 83

Moral 5, 10, 15, 53, 60, 99, 118, 119, 120, 121, 137, 143, 146, 147, 157

Mulher 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 42, 43, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 96, 98, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 167, 168, 169, 170, 172, 178, 181, 183, 184, 187, 190, 194, 195, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 221, 225, 226, 227, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 243, 247, 248, 249, 250, 252, 259, 260, 261, 266, 273, 274, 275, 276

Mulheres 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 39, 40, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 273

## **P**

Papéis de Gênero 36, 51, 54, 194

Patriarcalismo 26, 118, 119, 120, 121, 203, 212

Pin-Up 56, 57, 59, 60, 61

Políticas Públicas 115, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 166, 183, 190, 192, 194, 195, 221, 236, 240

Práticas Escolares 96, 102, 274

## **Q**

Quebradeira de Coco Babaçu 110, 112, 117

## **S**

Saúde da Mulher 73, 74, 80, 82, 113, 134, 142, 145, 149, 150, 152

Século XX 108

Sexualidade 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 54, 57, 58, 60, 61, 63, 66, 70, 71, 77, 79, 82, 83, 94, 95, 132, 143, 155, 156, 159, 163, 164, 169, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 243, 244, 248, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277

## **T**

Trabalhista 118, 203

Trânsito 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 159, 214, 218, 219, 220, 221

## **V**

Violências 13, 15, 110, 113, 143, 198, 268, 269, 270, 271

# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 